

# EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS SERGIPANAS, DA RUA PARA A ESCOLA: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA SOB A LEI 10.639/2003

Vanessa Regina dos Santos <sup>1</sup>

## RESUMO

O objetivo do presente artigo é apresentar uma proposta de educação étnico-racial a partir das manifestações culturais sergipanas, de modo a contribuir com a efetiva implantação das Leis Federais nºs 10.639/2003 e 11.645/2008 na rede educacional de ensino do Estado de Sergipe. Tais leis incluíram na LDB a obrigatoriedade de ensino sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, mas, passados mais de vinte anos desde sua publicação, o ensino desse tema ainda é negligenciado nas instituições de ensino do Estado. Isso é um reflexo do racismo estrutural presente na sociedade brasileira, que promove, silenciosamente, o apagamento histórico e cultural de nossas raízes africanas e indígenas. Dessa forma, a partir de uma visão decolonial da história brasileira, pretende-se utilizar as manifestações culturais do Estado para ensinar a história e cultura afro-brasileira e indígena, contribuindo não apenas para o cumprimento das leis, mas também para a conscientização do processo sócio-histórico-cultural brasileiro e para o resgate da cultura sergipana.

**Palavras-chave:** Decolonial, Rua-escola, Cultura sergipana, Manifestação cultural.

## INTRODUÇÃO

Com a Lei 10.639/03 foi instituído o ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira nas escolas públicas e privadas como parte do currículo do ensino básico, cujo intuito é de orientar prática pedagógica. Conquista essa, celebrada por várias esferas da sociedade, como os movimentos sociais negros, que compreendem a escola como espaço de construção de representações positivas, reconhecendo toda a historicidade étnico racial do Brasil.

Posteriormente a Lei 11.645/08 passa a incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, em termos práticos pedagógicos a proposta da lei é trazer para o âmbito educacional elementos significativos em que a educação étnico racial seja vista como parte do processo formador

---

<sup>1</sup> Graduada do Curso de Ciências Sociais (UFS), Pedagogia e História (Cruzeiro do Sul), Mestra em Antropologia (UFS), Especialização em Educação Inclusiva, História de Sergipe, Docência do Ensino Superior e Psicopedagogia. Professora Efetiva da Semed São Cristóvão e atualmente professora temporária pela UFS. [vanessa.regina1984@gmail.com](mailto:vanessa.regina1984@gmail.com).



dos cidadãos, composta de uma diversidade que por muito tempo esteve atrelada ao imaginário social como algo exótico e muitas das vezes negativo.

Cada sociedade possui seu processo de construção, considerando sua diversidade, seus elementos históricos, econômicos, relações de poder, imaginários sociais, inclusão e exclusão de sujeitos e grupos, isso nos leva a entender que é também pela arte, pela cultura, pelo folclore que muitos elementos ali inseridos trazem em sua estrutura a ideia de pertencimento, identidade e localização no tempo e espaço.

Em meados do século XXI, livros didáticos trazem a imagem dos negros e dos indígenas pelo olhar colonizador, ou seja, pela suposta indolência, do mito do selvagem, em que sua história enfatiza a ideia de renegado. Reforçando o estereótipo de povos indisciplinados, distantes de uma civilização ou quando citados, as revoltas feitas por estes, são descritas de forma superficial, servindo somente para uma marcação temporal.

Assim sendo, alguns questionamentos tornam-se essenciais para que o processo decolonial aconteça, por exemplo: por que tais imaginários ainda persistem? Podemos falar da formação social atrelada a somente aos europeus? Muito tem o que ensinar sobre as contribuições culturais e econômicas dos povos negros e indígenas, por que isso não acontece? No ambiente escolar, alunos negros e indígenas se reconhecem em meio a toda essa construção? De que maneira a escola cuja sua função social e cultural é a formar pessoas conscientes, bons cidadãos, contribuem para a desconstrução desse imaginário reducionista?

Neste sentido, ao entender que é pelo campo educacional, um dos meios de transformações sociais, com foco em quebrar paradigmas e modelos engessados, reconhece-se nas mais variadas formas de cultura a sua função socioeducativa, quer dizer, a educação e seus agentes fomentadores devem preocupar-se em dar sentido as transformações sociais, as dinâmicas a qual todo ser humano é colocado em contato, adquirindo conhecimento, além construção do pensamento crítico.

Ao reconhecer a diversidade e suas áreas, elimina-se a ignorância, a rejeição pelo diferente e a discriminação, o conhecimento é visto como parte de aperfeiçoamento, certas visões preconceituosas são substituídas pelo diálogo, valorizando acontecimentos históricos que situam o indivíduo em sociedade, como é o caso das manifestações culturais.

Em conformidade com as expectativas educacionais contemporâneas, a manifestação cultural dos lambe sujos e caboclinhos consiste em representar por meio do teatro o conflito entre as lutas de classe. Acontecimentos que marcaram a construção histórica



social da cidade, fatos intrínsecos que fazem parte da memória coletiva e individual, utilizando as ruas de Laranjeiras, como espaço de apresentação, com atos intercalados com outros ambientes como praças, igrejas, terreiros de candomblé, casas de autoridades e de personagens do enredo, todas as ações apresentadas são baseadas como instrumento normativo de ações ali deliberadas.

Uma vez por ano, no segundo fim de semana do mês de outubro, os moradores, organizadores, estudiosos e o público em geral reúnem-se na cidade para terem um encontro com o passado, cujo objetivo presente nos discursos, é um momento de reconstrução da história de um povo a muito estigmatizados, proporcionando aos brincantes valorizar a sua origem e as heranças deixadas pelos negros, pelos índios e pelo branco europeu, marcas e forte influência presente até hoje em Laranjeiras.

O ensejo narra essa disputa emblemática entre brancos, negros e indígenas, divide-se em atos performáticos de conflitos ao se encontrarem pelas ruas, contam com outros personagens como mãe Suzana, pai Juá, príncipe, rei, taqueiros, negro-forro e os lambe sujos, assim como rainha e as princesas dos caboclinhos, que servem como moeda de troca na encenação, finalizada com a soltura da princesa dos caboclinhos e a resolução do conflito. Cada personagem possui uma função, uma simbologia, pensada para dar voz, identidade e uma história narrada pela própria sociedade.

O ponto fulcral da manifestação é a questão étnico-racial, evidente nos símbolos, nas cores, nos objetos e nas ações, na linguagem utilizada e representada por cada um dos grupos, toda a narrativa caminha para dar sentido a festa como parte da cultura, que pode ser interpretada de maneira teatral e lúdica.

É pela festa, que a história toma um sentido diferente, ações e sentidos dão lugar a inversões temporárias, umas mais permissivas e outras apenas, reproduzida dentro da ordem social preexistente, recompondo a memória coletiva e buscando um lugar de referência para as futuras gerações. No dinamismo da natureza cultural, inserção de novos elementos ou a substituição de outros fazem parte da construção do enredo aqui descrito, mas é a representação histórica sobre um tempo específico que fomenta a festa há mais de nove décadas, que pode tomar mais folego e sentido se atrelada ao contexto educacional, já que dialoga com elementos importantes quando se quer compreender sobre educação étnico-racial.

## METODOLOGIA



A proposta pedagógica iniciará com a inserção no planejamento semestral e nos planos de aula, referenciais teóricos que tenham como tema questões étnico-raciais, incluindo os autores sergipanos como Beatriz Góis Dantas, Ibarê Santos, Luiz Antônio Barreto, Chiquinho Além do Mar, etc., como também autores contemporâneos Djamilla Ribeiro, Lélia Gonzállez, Maria Carolina de Jesus, Beatriz Nascimento, Conceição Evaristo, etc.

Um dos principais métodos a serem utilizados serão as pesquisas bibliográficas, com objetivo de embasar concepções sobre educação étnico racial, a partir de temas que são retratados em algumas manifestações culturais do nosso Estado. Por exemplo, os lambeijos e caboclinhos, da cidade de Laranjeiras que trás no seu enredo questões étnicas raciais.

A fundamentação teórica é uma etapa recorrente, pois permeia os planos de ensino das disciplinas, como sequência pedagógica, a outra etapa será a pesquisa das manifestações do Estado de acordo com o calendário que elas acontecem. Pesquisar tudo que fundamenta a referida manifestação cultural, utilizando nesse momento a pesquisa de campo.

A observação participante, a fotografia, vídeos são métodos para a pesquisa de campo, direcionando os esforços com técnicas eficazes para capturar elementos importantes das manifestações.

Sob a orientação do docente, alguns instrumentos serão importantes como utilização de questionários, com perguntas abertas e semiestruturadas, feitas previamente, com intenção de coletar dados, interpretar os fatos, as informações coletadas durante a pesquisa para depois serem analisados como ferramentas de artigos científicos e passíveis de publicações.

Nesse retorno ao ambiente escolar, após a pesquisa de campo e o embasamento teórico, localizar pelas manifestações culturais elementos da realidade deste aluno, enxergando criticamente tudo que o cerca. Por isso, localizar nas manifestações traços históricos das questões étnicas raciais substituídas por uma visão eurocêntrica.

Neste sentido, os projetos pedagógicos já existentes na escola, servirão de procedimento metodológico na inserção de temas como as manifestações culturais e sua abrangência histórica, assim como seu conhecimento e sua valorização. Continuando nessa perspectiva, a proposta de rodas de conversas, com temas que surgem a partir das manifestações culturais, que problematiza criticamente a realidade do aluno, de maneira subjetiva e objetiva, incentivando a curiosidade e a transformação social.



Pautada no planejamento, sob uma visão interdisciplinar, essa proposta pedagógica visa articular o conhecimento, com sentido lógico, a partir de elementos da própria realidade do estudante, contribuindo para a efetivação de uma educação étnico racial, de forma contextualizada, em que se reafirma que o conhecimento não é algo isolado, contribuindo para uma aprendizagem significativa e a aplicação da lei 10.639/03.

O resultado é a utilização da pesquisa etnográfica, que engloba relatos de experiência, da observação participante, e a pesquisa de arquivos e bibliografias.

## REFERENCIAL TEÓRICO

No Estado de Sergipe, podemos observar uma grande diversidade de manifestações folclóricas, baseada na história das etnias, que carregam elementos importantes para o conhecimento da própria história social, a exemplo dos Lambeijos e caboclinhos em Laranjeiras, dos Parafusos em Lagarto, do boi do reisado em São Cristóvão, entre outros.

Neste sentido, os grupos sociais buscam formas de manter seus símbolos e significados, sejam pela cultura, pelos rituais ou pela religião, todos embasados como mecanismos de legitimação de sua existência dentro do contexto a qual está inserido. Significa que a implementação das leis 10.639/03 e a 11.645/08 no currículo escolar passa a contemplar práticas pedagógicas em consonância com a realidade do educando, conferindo a educação um papel importante: a retomada do conhecimento com base nas relações étnico-raciais.

A relação escola-sociedade-cultura confere caráter positivo na formação dos indivíduos, na busca da superação de paradigmas, como descreve Vera Candaú (2008, p.17): a nossa formação histórica está marcada pela eliminação física do “outro” ou por sua escravização, que também é uma forma violenta da negação de sua alteridade, também se dão no plano das representações e no imaginário social.

Por isso, o processo de socialização e da educação estavam associados ao etnocentrismo, ou seja, corrente filosófica marcada em exclusões e negação da diversidade, trazendo para os espaços sociais o tipo ideal de evolução a partir de um modelo de cultura.

Em meados do século XIX, a concepção de diversidade cultural é vista como essencial para as relações sociais, segundo Durkheim:



"O conjunto de crenças e dos sentimentos comuns à medida dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem vida própria; podemos chamá-lo de consciência coletiva ou consciência comum. Sem dúvida, ela não tem por substrato um órgão único; ela é, por definição, difusa em toda a sociedade. [...] De fato, ela é independente das condições particulares em que os indivíduos se encontram: eles passam, ela permanece. [...] Ela não muda a cada geração, mas liga umas às outras gerações sucessivas." (Durkheim, 1999, p.53)

Com base na concepção durkheimiana, ao reconhecermos que as relações sociais são como fato social total, em que se relacionam, formando uma enorme interação social que leva a união da sociedade, resultando numa certa coesão social, podemos trazer para educação étnico-racial contribuições baseadas na diversidade, valorizando sujeitos sociais, suas manifestações culturais construídas e mantidas ao longo do tempo, para que as transformações e valorizações culturais aconteçam.

Considerando as mudanças sociais, econômicas, tecnológicas, a sociedade se adequa ao longo do tempo, reconhecendo seus significados, entendendo que as dinâmicas de transformações ocorrem como parte do processo, mas que devem ser conhecidas para que não ocorra o choque entre as gerações, de modo a evitar comportamentos preconceituosos.

Hoje um dos principais papéis da educação é construir um conhecimento através das diferenças, preparando o homem para reconhecer a diversidade, respeitando as diferenças e reconhecendo as heranças culturais e históricas dos povos africanos e indígenas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do exposto, a proposta pedagógica da aplicação da Lei 10.639 perpassa por um conhecimento histórico social e cultural da sociedade, para que a diversidade seja reconhecida e sirva como referência para a construção da identidade e o sentimento de pertencimento seja consolidado, como bem descreve Candaú (2008, p. 28): “ter presente o arco-íris das culturas nas práticas educativas supõe todo um processo de desconstrução de práticas naturalizadas e enraizadas no trabalho docente para sermos educadores/as capazes de criar maneiras de situar-nos e intervir no dia a dia de nossas escolas e salas de aula”.

Neste sentido, os seres humanos são produtos de uma cultura na qual seus aspectos não são geneticamente transmitidos, a cultura é entendida como modelo de



transmissão do conhecimento, onde o indivíduo nasce em uma família que apresenta determinada cultura, mas estas aprendizagens podem ser modificadas quando em contato com a diversidade, sendo a escola um dos caminhos mais palpáveis para tal.

O processo educativo deve seguir a lógica da diversidade, dando instrumentos, formas e alternativas para que seus sujeitos, professores, alunos e todos que fazem parte deste contexto tomem consciência sobre si, sobre a sociedade e sobre o outro, dentro do espaço que vivem, respeitando o que lhes é diferente. Como afirma Michaliszyn (2011, p.70) “o contexto escolar deve ser pensado como espaço livre de expressão e das possibilidades de escolhas conscientes acerca dos caminhos e das ideias que pretendemos seguir. ”, superando estigmas e visões etnocêntricas e arcaicas.

Na contramão de continuar a reduzir a concepção de ensino-aprendizagem como algo distante da realidade, as transformações sociais, políticas, culturais fornecem desde a sua concepção até a sua execução, fatores significativos para o reconhecimento da diversidade que sai da rua e pode trazer sentidos para dentro da escola.

Reconhecer pelos eventos contidos em cada sociedade, como é o caso das manifestações culturais e folclóricas, formas efetivas que busquem dentre tantas coisas o interesse da população, dos seus pares sociais para manter viva a “tradição”, a memória coletiva, é plausível como a educação étnico racial consiga ser.

Para a perspectiva da educação étnico racial, pela visão multiculturalista, precisamos inserir os temas sobre manifestações culturais na formação plena, que exige da escola práticas inclusivas, que permitam o diálogo e a interação entre as diferentes culturas, sem privilegiar o padrão eurocêntrico no currículo (ainda muito utilizado). Para que, assim, os alunos possam se considerar como autores de sua história, conectando as suas experiências de vida ao contexto escolar, seguindo uma lógica que garanta a voz, o direito e o exercício da cidadania daqueles que outrora foram negados e/ou ocultados pela hegemonia do eurocentrismo.

Diante disso, a presente pesquisa propõe práticas pedagógicas superarem o currículo reprodutor, trazendo para a sala de aula narrativas históricas sobre as etnias culturais na visão decolonial, tendo os povos negros e os indígenas, como protagonistas, no sentido de desenvolver uma educação étnico-racial efetiva.

Por fim, não basta só a criação de ferramentas jurídicas para a garantia desse direito. Faz-se necessário a realização de uma prática pedagógica transgressora e transformadora, pautada no estabelecimento de enredos históricos da própria sociedade.



Contribuindo para uma equiparação social da história da cultura afro-brasileira e indígena da identidade sergipana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando passa a entender que os alunos, em sua maioria, assim como qualquer área da vida, inclusive na educação, buscam o que o interessa, ou seja, mediam seu conhecimento por aquilo que terá uma função prática fora do espaço escolar, definindo o que lhe é mais conveniente, a educação conteudista não é mais eficaz.

Reconhecer pelos eventos contidos em cada sociedade, como é o caso das manifestações culturais e folclóricas, formas efetivas que busquem dentre tantas coisas o interesse da população, dos seus pares sociais para manter viva a “tradição”, a memória coletiva, é plausível como a educação étnico racial consiga ser contemplada na manifestação aqui descrita, o lambe sujo e caboclinho.

Sendo assim, a construção histórica não pode e nem deve ser negada, ao reconhecer a própria história, dá-se valor aos sujeitos, a dimensão política da diversidade, compreender a dinâmica e suas transformações, assim como as pluralidades sociais, culturais a qual estamos inseridos. Dando sentido a perspectiva da diversidade, reconhece-se os sujeitos sociais, as relações étnico raciais constitui em suma, um conjunto de expressões culturais, de identidade, um fato social e político, em que a diversidade abrange.

Portanto, é pela construção histórica, social e cultural que se compreende a diversidade a qual todos os indivíduos constroem sua identidade e se reconhecem em seu meio, como bem descreve Candaú (2008, p. 28) “ter presente o arco-íris das culturas nas práticas educativas supõe todo um processo de desconstrução de práticas naturalizadas e enraizadas no trabalho docente para sermos educadores/as capazes de criar maneiras de situar-nos e intervir no dia a dia de nossas escolas e salas de aula. ”.

Apesar de todas as transformações históricas, econômicas, políticas e em especial, culturais, a temática diversidade no espaço escolar, perpassa por várias barreiras quanto ao seu reconhecimento como parte inerente a própria construção social, pensamentos diferentes ainda sofrem exclusão ou até mesmo omissão, considerando que as diferenças entre o “nós” e os outros acontecem pelo distanciamento, chegando até mesmo a rejeição.

Reforça a idéia que não estamos acostumados a ouvir, valorizar, integrar ou interagir, ao contrário, a atual sociedade continua com a tendência de apartar, separar



aqueles que pensam diferentes, como estratégia de limitar conflitos, fazendo com que os que pensam e agem iguais, tenham acesso a espaços determinantes.

Faz-se conveniente entender que as diferentes linguagens, as expressões culturais fazem parte não só das relações sociais, mas estão inseridos no processo de educação, dentre tantos fatores preponderantes, os educadores tornaram-se figuras centrais para o fortalecimento e enfrentamento da “mutação” cultural, de maneira positiva, experimentando e ampliando aquilo que os alunos e alunas trazem de cultural, de experiência de vida para dentro da sala de aula.

Assim sendo, o processo de identidade é fator que reitera o que temos como diferente, não como questão hierárquica, mas como parte de transformações e diferenças existentes no meio social, aplicável na educação, nas questões socioculturais, pois ao sensibilizar a sociedade acerca do caráter multicultural, estimula-se ao respeito as diferenças. Pelo conhecimento, a consciência estabelece e com isso, desconstruir estigmas.

O desafio da escola é abrir para novos conhecimentos, oportunizar novos posicionamentos, por meio de intervenções e ações efetivas, articulando as diferenças, eliminando o isolamento e a rejeição que servem para aumentar a perspectiva tradicionalista, dando a educação a tarefa de superar divergências, ampliando horizontes culturais, reconhecendo cada identidade que servem para a devida efetivação do respeito a diversidade. Sendo pelo discurso, diálogo e relações estabelecidas nas mais diversas áreas que os sujeitos agem no mundo, construindo visões diversas, posicionando-se e adequando-se a todas as transformações sociais, assim como a educação.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVYICZ, Anete; SILVINO, Valter R. (org.). **Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeças da diversidade na escola**. Campinas: Papirus, 2010.
- BEZERRA, Feltre. **Etnias Sergipanas**, Aracaju, Gráfica Editora J. Andrade, 1984.
- DANTAS, Beatriz Gois. **Vovó Nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- DURKHEIM, Émile. **As Regras do método sociológico**. São Paulo: Ed.Martin Claret,2003.
- DUVIGNAUD, Jean. **Festas e civilizações**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LCT, 2008.



GUEDES, Marilde Queiroz, Cacilda Ferreira dos Reis, Leriane Silva Cardozo. organizadoras. **Práticas pedagógicas exitosas na educação básica.** São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2003.

HOOKS, Bell. Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo. WMF Martins Fontes, 2017.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Zahar, Ed. 2004.

MICHALISZYM, Mario S. **Educação e diversidade.** Curitiba: IBPEX, 2011

MOREIRA, Antônio Flavio & CANDAU, Vera Maria (orgs.). **Multiculturalismo – Diferenças culturais e práticas pedagógicas.** São Paulo, Vozes: 2016.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade.** Aracaju, Fundesc, 1986.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**, 2.ed. – São Cristóvão Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2006.

PINHEIRO, Barbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

